

Sábado, 07 de Fevereiro de 2026

Gaeco de Mato Grosso investe em inteligência artificial para combater crime organizado e rebate críticas sobre eficácia das ações

Em entrevista à rádio Cultura FM na manhã desta quinta-feira (30), o promotor de Justiça Adriano Roberto Alves, coordenador do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) de Mato Grosso, destacou o uso de ferramentas tecnológicas, incluindo inteligência artificial (IA), no combate às facções criminosas no estado. Ele defendeu que a percepção de que o crime organizado não está sendo adequadamente combatido é equivocada e ressaltou os avanços nas investigações.

Segundo Alves, 90% das lideranças das organizações criminosas em Mato Grosso já estão presas. No entanto, ele apontou que o principal desafio não está na investigação ou na persecução penal, mas no sistema prisional, que permite que essas lideranças continuem a comandar atividades ilegais de dentro dos presídios. “O problema não é do Gaeco, mas do sistema prisional, que facilita que essas pessoas deem ordens de dentro da cadeia”, afirmou.

O promotor destacou que o Gaeco tem investido cada vez mais em tecnologia para aprimorar as investigações. “Este ano, o uso da inteligência artificial será recorrente em nossas ações. Estamos desenvolvendo programas e softwares para ajudar nas operações. A IA traz mais assertividade e celeridade para as nossas investigações”, declarou.

Tecnologia como aliada no combate ao crime

O uso de inteligência artificial no combate ao crime organizado tem se tornado uma tendência em várias partes do mundo. No Brasil, além do Gaeco de Mato Grosso, outros estados também têm adotado ferramentas tecnológicas para monitorar e desarticular facções criminosas. De acordo com especialistas em segurança pública, a IA pode ser utilizada para analisar grandes volumes de dados, identificar padrões e conectar informações que seriam difíceis de detectar manualmente.

Um exemplo recente é o uso de sistemas de monitoramento de comunicações em presídios, que ajudam a interceptar ordens dadas por líderes de facções de dentro das prisões. Além disso, softwares de análise preditiva têm sido empregados para antecipar movimentos criminosos e planejar operações policiais com maior precisão.

Desafios do sistema prisional

Apesar dos avanços tecnológicos, o sistema prisional brasileiro ainda é apontado como um dos principais obstáculos no combate ao crime organizado. Superlotação, falta de controle sobre comunicações e a presença de agentes penitenciários corruptos são problemas recorrentes. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que mais de 60% dos presídios brasileiros operam acima da capacidade, o que dificulta a fiscalização e o controle das atividades criminosas.

Em Mato Grosso, o Gaeco tem trabalhado em parceria com outras instituições para fortalecer a segurança nos presídios e impedir que líderes de facções continuem operando de dentro das cadeias. No entanto, o promotor Adriano Roberto Alves reconhece que são necessárias reformas estruturais no sistema prisional para que os esforços das investigações tenham efeitos duradouros.

Opinião de especialistas

Para Luiz Flávio Saporì, especialista em segurança pública e professor da PUC-Minas, o investimento em tecnologia é fundamental, mas precisa ser acompanhado de políticas públicas eficientes. “A inteligência artificial é uma ferramenta poderosa, mas sozinha não resolve o problema. É preciso investir em inteligência humana, capacitação de agentes e, principalmente, em um sistema prisional que não seja um ambiente

propício para o crime”, afirmou.

Já para Rafael Alcadipani, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o uso de IA pode trazer ganhos significativos, mas também exige cuidados. “É importante que haja transparência no uso dessas tecnologias e que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam respeitados. A IA não pode ser usada de forma indiscriminada”, alertou.

Conclusão

O Gaeco de Mato Grosso tem se destacado no uso de tecnologia para combater o crime organizado, com foco na inteligência artificial. No entanto, os desafios do sistema prisional mostram que a eficácia das ações depende de uma abordagem integrada, que envolva não apenas investimentos em tecnologia, mas também reformas estruturais e políticas públicas consistentes. Enquanto isso, a população aguarda resultados concretos que garantam maior segurança e justiça no estado.

Fontes: Rádio Cultura FM, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialistas em segurança pública.